



Anais da Assembléia

N.º 99

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE SETEMBRO DE 1980

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 98ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 1980
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Dácio Leonel, Darcy Deitos, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Albetto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Gilberto Agibert Filho (46), achando-se ausentes os Srs. Deputados: Fuad Nacli, Cyro Martins, David Federmann, David Cheriegate, Egon Pudell, Ezequias Losso, José Domingos, Leônidas Chaves, Pinto Dias, Romero Filho, Rosário Pitelli e Wilson Fortes (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 53/80

Curitiba, 21 de agosto de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo alienar imóvel de propriedade do Estado, situado na Cidade de TOLEDO, com área de 750,00 m2, (setecentos e cinquenta metros quadrados), e demais características que especifica.

O imóvel cuja autorização para alienar constitui objeto do Plano de Lei ora submetido a essa augusta Casa de Leis, vem sendo ocupado pelas antigas instalações de repartições policiais da sede do Município de Toledo.

Ocorre que a Prefeitura doou ao Estado, área mais ampla e adequada, onde, conforme convênio celebrado entre Estado e Município, está em construção novo prédio que abrigará todas as repartições locais da Polícia Civil, inclusive do DETRAN, sendo que o produto da venda em causa, aplicar-se-á na conclusão do novo prédio.

Certo de que a medida ora encaminhada a essa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES
Governador em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante cumprimento das formalidades aplicáveis, alienar o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído pelo lote de terreno número 05, da Quadra número 25, da cidade de Toledo, com área de 750,00 m2, (setecentos e cinquenta metros quadrados), contendo um prédio de alvenaria em mau estado de conservação e confrontando ao norte, com o Largo São Vicente de Paulo, numa extensão de 30,00 m; a leste, com o lote urbano n.º 07, na extensão de 25,00 m; ao sul, com o lote urbano n.º 04, na extensão de 30,00 m; e a oeste, com a Rua Almirante Barroso, na extensão de 25,00m, imóvel esse transcrito sob o n.º 12.463, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Toledo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 54/80

Curitiba, 21 de agosto de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 18 de março de 1980, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de NOVA SANTA ROSA, objetivando a realização e melhoria dos serviços locais da competência do Departamento de Trânsito do Paraná — DETRAN.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES
Governador em exercício

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 55/80

Curitiba, 27 de agosto de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa introduzir as alterações que especifica, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada.

A medida ora submetida a essa augusta Casa de Leis, consulta plenamente aos superiores interesses do Estado, uma vez que, decorrendo de criteriosos estudos realizados pelos órgãos competentes da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, consubstancia atendimento à proposta da Presidência do egrégio Tribunal de Alçada, que a elaborou face à ampliação da competência daquela Corte, em decorrência das Leis Complementares Federais n.ºs 35, de 14 de março de 1979, e 37, de 13 de novembro do mesmo ano, e da Lei Estadual n.º 7297, de 08 de janeiro de 1980.

Certo de que a medida ora encaminhada a essa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES
Governador em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º – Os cargos que integram as carreiras de Assistente Jurídico, Assistente Técnico Administrativo, Contador e Bibliotecário, constantes da Tabela II, da Lei nº 7178, de 06 de julho de 1979, passam a ter os vencimentos fixados na Tabela I, desta lei.

Art. 2.º – Os níveis de vencimentos e número de cargos de provimento efetivo da carreira de Motorista, constantes da

Tabela IV, da lei referida no artigo anterior, ficam alterados na forma da Tabela II, desta lei.

Art. 3.º – As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento do Tribunal de Alçada.

Art. 4.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TABELA I

| SITUAÇÃO ANTERIOR – Lei 7178/79 | | | SITUAÇÃO NOVA | | | |
|---------------------------------|-----------------------------------|-------|---------------|---------------------------|------------|-----------|
| Nº DE | DENOMINAÇÃO | NÍVEL | Nº DE CARGOS | DENOMINAÇÃO | SIMBOLOGIA | VALOR |
| CARGOS | | | | | | |
| 03 | Assistente Jurídico | TA-30 | 03 | Assistente Jurídico | PJ.TA-3 | 24.000,00 |
| 03 | Assistente Jurídico | TA-29 | 04 | Assistente Jurídico | PJ.TA-2 | 22.000,00 |
| 04 | Assistente Jurídico | TA-28 | 01 | Assistente Téc. Administ. | PJ.TA-1 | 20.000,00 |
| 01 | Assistente Técnico Administrativo | TA-30 | 01 | Assistente Téc. Administ. | PJ.TA-2 | 22.000,00 |
| 01 | Contador | TA-28 | 01 | Contador | PJ.TA-1 | 20.000,00 |
| 01 | Bibliotecário | TA-27 | 01 | Bibliotecário | TA-30 | 13.559,00 |

TABELA II

| SITUAÇÃO ANTERIOR – Lei 7178/79 | | | SITUAÇÃO NOVA | | |
|---------------------------------|-------------|-------|---------------|-------------|-------|
| Nº DE | DENOMINAÇÃO | NÍVEL | Nº DE CARGOS | DENOMINAÇÃO | NÍVEL |
| CARGOS | | | | | |
| 01 | Motorista | TA-17 | 02 | Motorista | TA-20 |
| 02 | Motorista | TA-16 | 03 | Motorista | TA-19 |
| 03 | Motorista | TA-15 | 04 | Motorista | TA-18 |

MENSAGEM 56/80

Curitiba, 27 de agosto de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 18 de julho de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, a Empresa de Portos do Brasil e a Companhia Paranaense de Energia, objetivando a realização de estudos conjuntos no sentido do desenvolvimento integrado da bacia do Rio Ivaí.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES
Governador em exercício

Ofício:

Sob o número 29/80, do Sr. ZEFERINO M. KRUKOSKI, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, agradecendo aos ilustres integrantes desta augusta Casa, os sentimentos de solidariedade expressados em razão do falecimento de sua esposa, Dinorah Toledo Krukoski. - Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei nº 128/80 – Mensagem Governamental nº 55/80, que visa introduzir alterações que especifica, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada.

Sala das Sessões, em 09 de setembro de 1980.

(a) ADALBERTO DAROS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ANTÔNIO MARCONCIM, ocorrido no último dia 29 de agosto, aos 81 anos de idade, na cidade de Porto União.

O extinto, era ferroviário aposentado e teve destacada atividade profissional, como social, tendo exercido entre outras, a de Presidente da Sociedade Beneficente Recreativa Operária de União da Vitória, membro da Diretoria do Ferroviário Esporte Club de União da Vitória, fundador-Presidente de Honra do Regional Hospital de Caridade Nossa Senhora da Aparecida de União da Vitória.

O passamento do Sr. Antônio Marconcim, deixa grande consternação em toda a comunidade local, pois desfrutava de um enorme círculo de amizades, conquistadas através dos anos devido sua personalidade marcante.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, à Rua Matos Costa, 443, em Porto União-SC. Sala das Sessões, em 09 de setembro de 1980.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUER seja enviado ao Excelentíssimo Sr. Dr. Abi-Ackel, DD. Ministro da Justiça e ao Excelentíssimo Sr. Dr. José Vieira Madeira, Diretor da Divisão de Censura em Brasília, o presente expediente, com voto de solidariedade às Entidades que subscrevem o abaixo-assinado, cópia anexa, destacando o trabalho contra a licenciosidade e erotismo que impera nas editoras nacionais e estrangeiras, através de publicações de revistas obscenas vendidas livremente em bancas de jornais, o que motivou apreensão por parte do Juiz da Vara de Menores de Londrina-PR, ao baixar portaria exigindo a retirada de cartazes de baixo estofo moral afixado em lugares visíveis, verdadeira afronta à família brasileira.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares, após ouvido o Plenário, solicita seja encaminhado este expediente às autoridades acima, com um voto de solidariedade pela campanha promovida pelas senhoras rotarianas e de outras Entidades, contra a licenciosidade e erotismo disseminados dentro da sociedade brasileira pelas editoras de revistas obscenas manobra condenável em todos os foruns civilizados.

Sala das Sessões, em 09 de setembro de 1980.

(a) VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

Assistimos no País a escalada do terror que assoma no ápice da ousadia com a vindita desumana e irracional, emergida das sombras da clandestinidade, cometendo atos do maior desatino humano, condenados entre os povos civilizados. Conurbam a ordem jurídica e social, matam inocentes e agredem a paz no seio da família.

E tudo isto, em nome de um silêncio mórbido e sem renome na história brasileira, talvez com o único intuito, perturbar a Nação, o bem-estar do nosso povo e esculhambar os propósitos da abertura democrática que o País espera alcançar.

Quem sabe, seja uma manobra dos extremistas insatisfeitos com a proposta política, quando se comemora o primeiro aniversário da concessão de anistia. Mas o pior, vêm ceifando vidas inocentes em nome da obscuridade a que se limitam conviver covardemente, sem a coragem ou mesmo com a afirmação do código dos fora-de-lei, para assumirem as responsabilidades pelos crimes cometidos. São atos que merecem o repúdio total de todos nós, brasileiros.

Atos advindos da direita, da esquerda, do centro ou de que lado for, são gestos que amesquinham e deslustram as gerações. E isto nada representa, tampouco acrescenta alguma coisa à vida política, pelo contrário, agride a Nação e aos seus postulados do Direito, da Justiça, da Liberdade, o triângulo básico da democratização dos povos livres dentro do concerto das Nações civilizadas. Não me quero tornar repetitivo, quando o assunto já é por demais cedido de toda população.

Se tudo isto não bastasse, estamos assistindo um outro tipo de agressão, que é a proliferação das editoras nacionais e estrangeiras, que jogam no mercado suas revistas retratando o erotismo-fanático-visual ao alcance da nossa juventude e até mesmo de menores de idade.

Trata-se de uma exploração de baixo estofo moral, tendo a indecência como caminho de fácil acesso ao dinheiro, conduz a família brasileira ao caos da libertinagem consentida.

Uma verdadeira apelação dos editores é constatado por todos nós ao depararmos com cartazes obscenos afixados nas

bancas de jornais e com dizeres imorais para atrair leitores. Este tipo de propaganda abusiva aumenta dia-a-dia, com o crescimento do mercado dessas publicações licenciosas, cujo conteúdo enaltece a luxúria e a sensualidade, atentando contra a moral, os bons costumes e os sentimentos mais dignos da família e da sociedade.

Apesar de não me caber o direito de julgar tais publicações, é preciso que se moralize a venda no comércio de bancas ou livrarias, condicionando-as em plásticos herméticos e não transparente, principalmente com vistas a resguardar os menores da agressão libertina e licenciosa a que estão expostos.

Por estas razões, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero congratular-me com o movimento promovido pela Associação de Senhoras de Rotarianos, Instituto de Educação Para Crianças Excepcionais, Assistência Lar Esperança, Associação Feminina Libanesa, Lions Igreja Evangélica, Movimento da Família Cristã, Associação das Damas de Caridade, Beneficência Japonesa, Loja Maçônica, AMORC, Conselhos Comunitários, Rotary Club e tantos outros, todos da cidade de Londrina, norte paranaense, que subscrevem o abaixo-assinado em adesão à medida adotada pelo Juiz da Vara de Menores da localidade, Dr. Nelson Batista Pereira, a baixar portaria exigindo a retirada dos referidos cartazes de bancas, que expõem o erotismo e propaganda imoral das revistas eróticas.

Como podemos deduzir, o abaixo-assinado representa grande parte da comunidade londrinense, preocupada com o nível da licenciosidade que domina a promoção de vendas de determinadas revistas de erotismo-sensual.

Tudo isto são sinais, vicissitudes dos tempos de agora, a que não nos submetemos tampouco a sociedade brasileira. Não podemos conviver com a Sodoma e Gomorra nem assistirmos a derrocada da família diante da fatuidade dos detentores do império do sensualismo barato e infra-péssimo. Temos que agir antes que seja tarde demais, assumindo a defesa da família em nome das gerações futuras.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Uma das profissões mais importantes do Brasil moderno, a medicina-veterinária, vive hoje o seu dia especial, consagrado aos integrantes da classe, laboriosa e prestativa. O ensino da medicina-veterinária, no Brasil, em bases técnicas avançadas, tem início em 1909, quando entrou em funcionamento a primeira escola de veterinária, a Escola de Veterinária do Exército. Atualmente, nosso País possui 27 estabelecimentos de ensino superior da veterinária, espalhando-se pelo território brasileiro cerca de 15 mil técnicos, em várias áreas de atividade, sempre, com eficiência e dedicação.

A medicina-veterinária, no presente, é uma profissão de produção, de economia, de planejamento, de tecnologia, de projetos agropecuários, de produção e de inspeção de alimentos, de saúde pública, enfim, uma profissão polivalente, cuja regulamentação foi feita através da Lei 5517 de 23 de outubro de 1968.

Pelos motivos expostos, REQUEIRO à Mesa, na forma do Regimento Interno, um Voto de Contratulações aos Médicos-Veterinários do Paraná, pela data de hoje. Da decisão plenária, requeiro ainda o encaminhamento de comunicação às entidades de classe homenageadas.

Sala das Sessões, em 09 de setembro de 1980.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de ofício aos Excelentíssimos Senhores Ministros de Minas e Energia e do Planejamento, respectivamente, Srs. Cesar Cals e Antonio Nelfim Neto, protestando contra a criação

de um polo de produção de álcool para as empresas multinacionais.

Requer, outrossim, que se dê ciência deste protesto ao Excelentíssimo Senhor Presidente João Baptista de Figueiredo, e aos Excelentíssimos Senhores presidentes da Câmara e do Senado Federal.

Sala das Sessões, em 09 de setembro de 1980.

(a) DENI SCHWARTZ.

JUSTIFICATIVA:

Embora o governo afirme que a implantação de um polo de produção de álcool destinado exclusivamente à exportação esteja fora do Programa Nacional do Álcool - o Pró-Álcool, não escapa a ninguém o artificialismo com que o governo trata o problema, procurando ludibriar a opinião pública nacional.

Se está interessado em tratar de maneira especial o problema da exportação do álcool, que o faça autorizando a formação de empresas exportadoras internacionais, com o apoio que julgar compatível com os interesses nacionais. Porém que não plante uma cunha no sistema nacional de produção de álcool, dizendo-a separada do Pró-Álcool.

O clamor nacional dos produtores e de importantes setores da sociedade brasileira já definiu que nos interessa um programa energético nacional, feito e dominado por brasileiros, e a plantação de cana, sua comercialização e industrialização, bem como a distribuição do álcool combustível devem constituir um programa nacional e democrático para iniciativas e atividades nativas.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando maior rigor nas buscas que visam a captura de Waldomiro Nunes de Souza, assassino do jovem Said Fatuch Neto.

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1980.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

O presente apelo se faz necessário diante dos boatos de que a Polícia (no caso, Secretaria da Segurança) estaria disposta a cessar as buscas, visando a prisão do guardião que matou a tiros de revólver o jovem estudante Said Fatuch Neto.

Estamos preocupados porque o caso é de domínio público e serve como exemplo para outras ações desse tipo.

Estamos apelando às autoridades competentes, no sentido de continuar com maior empenho possível as buscas (através da DVC ou outros órgãos especializados).

É importante que os assassinos não fiquem impunes e nem sejam acobertados por quem quer que seja.

O crime ocorreu no dia 7 de agosto deste ano, na Rua Visconde de Guarapuava.

Waldomiro Nunes de Souza estava a serviço da América Segurança, usando arma de fogo. Segundo testemunhas, o fato aconteceu sem qualquer motivo aparente. Foi uma morte estúpida e desnecessária. Sem explicação. O assassino fugiu do local e até hoje não foi localizado.

É importante que seja capturado e entregue à Justiça, que deverá decidir seu destino.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, xerox do comparecimento dos Senhores Deputados, das sessões plenárias (ordem do dia), realizadas por esta As-

sembléia.

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1980.

(a) ADALBERTO DAROS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor, atendidas as formalidades regimentais, REQUER a remessa de TELEX ao Ministério da Agricultura e à Comissão de Financiamento da Produção, para que ponderadas as razões abaixo e outras conhecidas, possa haver imediata suspensão da venda do milho importado através da Bolsa de Cereais de São Paulo, retornando ao sistema antigo de DISTRIBUIÇÃO do produto importado por meio das Federações de Agricultura e Associações de Suinocultores.

Vale argumentar, para justificar a pretensão, que:

- o milho importado busca suprir o mercado interno, em especial aos suinocultores, que no Paraná estão na faixa de pequenos (a maioria) e médios rurícolas;
- todavia, exatamente tais produtores têm enormes dificuldades para acompanhar qualquer espécie de pregão;
- assim, se o preço do produto importado já não é atrativo, pois supera em muito o nacional, além do item anterior, há que se evidenciar serem as grandes empresas (principalmente indústrias de insumo) novamente as beneficiárias desta sistemática de compra-e-venda. Com o agravante de que as rações aumentam quase quinzenalmente, com total repasse para o produtor, este em parte passa ao consumidor ou simplesmente começa a abater as matrizes, como já ocorre em alguns municípios (aliás, o suinocultor já conhece a nova regra: "preço do milho alto; preço do porco baixo");
- Vê-se, pois, que os pequenos e médios produtores e os consumidores mais uma vez são atingidos, e tal problemática, em parte, poderia ser minorada com o retorno do sistema usado até 1978, quando entidades classistas procediam a VENDA/DISTRIBUIÇÃO do produto importado, conforme consumo existente, sem maiores ônus.
- Pede-se, por fim, o MÁXIMO RIGOR quanto a qualidade nutritiva do produto importado, bem como teor de impurezas, uma vez que ainda está viva a ocorrência verificada no início deste ano, quando foi constatada a presença de AFLATOXINA em lotes de milho importado dos Estados Unidos (contaminação esta causada por fungo que libera toxina capaz de prejudicar aves, suínos, bovinos, peixes e outras espécies), cujo efeito tóxico é inegável.

É o pedido.

Requer-se remessa de cópias às Associações de Avicultores e Suinocultores, bem como respectivos núcleos.

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1980

(a) NELTON FRIEDRICH.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário desta Casa, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a construção de um prédio no Município de Iporã, para funcionamento da Delegacia de Polícia local.

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1980.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

Prende-se esta solicitação ao fato de que o Município de Iporã é uma região agropecuária em franco desenvolvimento, cuja população cresce visivelmente, e a atual delegacia não oferece condições de higiene e segurança tanto aos funcio-

nários como aos detentos.

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 48/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná DECRETA:

Art. 1.º — Os cargos de provimento em comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Poder, atualmente pertencentes à Simbologia Geral "DAS-4", passam a pertencer à Simbologia "DAS-3".

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1980

(a) ANTÔNIO FACCI.

Apoiamto: MÁRIO CELSO, VALDUGA, DEL CIEL, AIRTON CORDEIRO e uma assinatura ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Os cargos de que trata este projeto são os de Diretores e de Tesoureiro Geral.

As razões da alteração resumem-se nas seguintes:

- O Diretor Geral pertence ao Símbolo DAS-2 e os restantes Diretores à Simbologia DAS-4, saltando inexplicavelmente o "DAS-3" (LEI n.º 7.098, de 08.01.79);
- Segundo a ordem instituída pelo Poder Executivo, para os seus cargos em Comissão (Lei n.º 6.996, de 12.04.78), a correspondência real dos cargos de Diretor deste Poder se deve fazer com os do Símbolo "DAS-3", ou seja com os Diretores Auxiliares do D.E.R., que se seguem aos Diretores Gerais da Secretaria de Estado e outros assemelhados (equivalentes ao nosso Diretor Geral DAS-2) em razão da similitude de posição hierárquica, de funções e de responsabilidade.
- O número de cargos abrangidos pela presente alteração não ultrapassa o número de sete e a diferença de valor é irrisória, no contexto da remuneração atribuída à Simbologia em questão.
- Por fim, cumpre-se o disposto na Constituição do Estado - § 1.º, do Art. 83, segundo o qual o sistema de classificação e os níveis de vencimento do Poder Executivo devem ser aplicados aos funcionários do Legislativo e do Judiciário, além de repor os ditos cargos na seqüência natural da lei que os transformou.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente. Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um País, "desconstitucionalizado", pela presença do poder da força, na direção do seu destino, a cada dia o futuro fica mais distante, mais distante das caras e legítimas aspirações do seu povo, fatalmente, induzindo este mesmo povo, à busca das soluções para os seus problemas, pela única via possível, ou seja, através de uma nova ordem educacional.

Essa busca desamparada pela lei que deveria regê-la, é conduzida à sua margem, forçada, reconhecida e acatada tão somente pelas consciências e inteligências ávidas e carentes. Só visões verticalizadas e abrangentes, sabem, que uma revolução só é verdadeira, se o povo for educado, para as conquistas que em seu nome normalmente os governos trombeteiam.

E o meio que se emprega nessa procura hoje, em todo o Brasil, é a greve. O Brasil para nesta semana, como protesto pelo caos educacional. Quando os próprios organismos de congregação e direcionamento de um determinado setor social, manietam-o, oprime-o, descaracteriza-o, desestabiliza-o, seus partícipes subalternos, forçosamente contingenciados, irmanam-se,

abraçam-se, dão-se às mãos e rebelam-se, unificados pelo poder decisório dessa maioria oprimida.

Daí, a rebelião deveria, como não, receber o respaldo e o estribamento de uma lei, a lei do direito de greve, inexistente aqui, é lógico, nesse sistema de governo, com que a força e o arbítrio comandam. Afinal, o que quer o operário, quando reivindica aumentos salariais? Simplesmente pede melhores condições para sua sustentação e de sua família, pede para poder trabalhar sem maiores preocupações, produzindo mais e, conseqüentemente, gerando mais lucro para seu empregador.

(Le):

"Se inicialmente nos referimos à busca de soluções para os problemas que afetam a educação, que afligem educadores e educandos, fizemo-lo, exemplado na seqüência de movimentos reivindicatórios já verificados e que lograram resultados positivos, embora à custa de sacrifícios, perseguições, prisões e até mortes.

Essas lutas gloriosas, desde os primórdios de nossos tempos, é mister lembrar, sempre houveram por coroar seus mártires. Rememoremos - embora distanciados por séculos ou decênios - Cristo, sob o poder de Pilatos, Tiradentes, sob o Império da Coroa e por último, quicá o último, o Santo Dias, do ABC paulista, sob o jogo de "Pôncio" Maluf.

Aqui no Paraná, talvez estimulados pelos metalúrgicos paulistas, mas premidos com certeza, pela ânsia da sobrevivência, agricultores acamparam ordeiros às portas dos escritórios da ITAIPU e após poucos dias, atingiram, se não todos, a maioria das respostas às suas propostas.

Recentemente ainda, um fato inusitado chamou a atenção do País: lavradores feridos em seus direitos na propriedade do ex-reitor da Universidade de Londrina, Ascêncio Lopes, adentraram a área e colheram o feijão que eles próprios tinham plantado e cujos frutos legalmente lhes pertenciam. A Justiça lhes deu amparo, estribada que foi no reconhecimento também dos direitos da maioria.

Como já se disse nesta Casa: talvez seja tarde para dizer que a união faz a força, mas é cedo para dizer que a desunião nos conduzirá à força.

Em linhas gerais, o quadro se estampa mostrando uma nova realidade nacional, eis que, os diversos segmentos de produção e participação no processamento e encaminhamento desse suposto desenvolvimento, estão completamente descordes da capacidade gerencial do Poder. Esse poder que mente, que simula, que engana, que trai, que falseia e por isso, inviabiliza quaisquer perspectivas de alcance da adesão popular a todos pela busca de justiça e da igualdade social manifestam-se até de forma destemida, com posturas ajuizadas e consciente.

E é - na conjuntura que se esquadrinhou desse lustre de prepotência - que se busca o caminho que as classes aliadas escolheram para o restabelecimento das perdas mas pretendidas condições da própria dignificação, como seres humanos.

Conceituemos tanto o professor como o estudante, em operários que logicamente são.

Classifiquemos o primeiro como mestre de obras. Titulemos o segundo, como obreiro.

Ambos produzem. O primeiro para o segundo e os dois para o Estado.

Onde trabalham os operários da educação no Brasil?

Em universidades fechadas, desaparelhadas, mentorizadas por espíritos clarificados pela crueza e insensibilidade do sistema.

Se se construiu o prédio e não o povoou, fez-se como a mãe que pariu e não amamentou, e nem assumiu a maternidade.

Aí estão os proibitivos preços cobrados pelas instituições de ensino, responsáveis pela impossibilitação de acesso da massa maior de estudantes.

Aí estão os corredores da nossa própria Assembléia Legislativa literalmente tomados por verdadeiras romarias de

jovens carentes de recursos para cobertura das despesas com suas escolas, mendigando recursos.

Paralelamente, os baixos níveis de ensino, desde o primário até o colegial, fizeram proliferar os tais "cursinhos", estes sim, uma verdadeira indústria sem chaminés, e cuja frequência tornou-se obrigatória, em virtude dos baixos índices de aprendizagem nas escolas de primeiro e segundo graus.

Paradoxalmente, todavia, cada vez mais, tudo é feito para que se instale o reinado do ensino oficial único, porta aberta para o totalitarismo, e para a condição coletiva da vontade, com atitudes e omissões que marginalizam e até mesmo hostilizam claramente o ensino de livre iniciativa.

A propósito, eis a análise contida no programa básico do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, em seu título — Educação —: "Uma das marcas mais visíveis do regime autoritário, tem sido o seu descaso e seus equívocos em relação à juventude e ao povo. O maior número de vagas, especialmente no ensino superior, permitiu a comercialização do ensino, à sombra do governo. Não se cuidou de um planejamento sério, capaz de equacionar a demanda equacional, em função do desenvolvimento econômico com justiça social. Nos níveis de primeiro e segundo graus, têm havido uma crescente deficiência de recursos, que se exprime na míngua percentagem orçamentária, que a União destina ao sistema educacional.

As taxas de deserção escolar; a remuneração do pessoal docente é insuficiente, as instalações são mal aproveitadas, faltam programas adequados de aperfeiçoamento e reciclagem de professores; inexistente a atuação educacional harmônica entre a escola e a comunidade; o chamado ensino profissionalizante carente de funcionalidade.

Na educação agrícola, o quadro de deficiências atinge o extremo. Quando existe algo neste setor, é apenas um medíocre ensino urbano transplantado. A verdade é que a indicação do trabalhador agrícola brasileiro praticamente não foi inaugurado.

Mais adiante preconiza: "... A ampliação e a democratização das universidades oficiais, opondo-se veementemente à sua privatização. Considera o ensino universitário gratuito, como um direito a ser garantido para a população. Do mesmo modo, entende que o Poder Público deve combater a proliferação de instituições de ensino superior com finalidades puramente lucrativas, através do controle de sua expansão, do seu funcionamento, da qualidade do ensino e dos preços das matrículas e das anuidades.

Devem ser garantidos os meios para que a Universidade possa, efetivamente, realizar sua função moderna de criadora de tecnologia e de análise crítica da realidade".

A seguir, aborda o aspecto crucial da questão, sem dúvida, o principal fator gerador da insatisfação geral existente no seio do magistério e do estudante, o fator que hoje os torna unidos em volta dos problemas que lhes são comuns: "... a remuneração dos professores e funcionários das universidades deve ser condigna; a pesquisa básica voltada à reflexão dos problemas nacionais deve ser ampliada. A gestão das universidades deve ser aberta à sociedade e democratizada, com a participação de professores, funcionários, estudantes e da comunidade.

O ensino básico de oito anos deve ser obrigatório e gratuito para a população em idade escolar, ministrado em bases eficientes. Também a educação pré-primária gratuita deve ser assegurada aos filhos dos trabalhadores, a partir dos dois anos de idade. A prioridade ao ensino básico implica em MELHORAR SUBSTANCIALMENTE OS SALÁRIOS, BEM COMO AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E ESTABILIDADE DOS PROFESSORES EM CURSOS PRÉ-PRIMÁRIOS, PRIMÁRIOS E SECUNDÁRIOS, que figuram entre as camadas mais oprimidas pela política salarial do regime autoritário".

A tecnologia fala em pragmatidade.

Como ser pragmático, principalmente no que se refere

ao esteio de sustentação — à pedra angular da edificação de uma sociedade autêntica e soberana que é justamente a EDUCAÇÃO, uma Nação cujos recursos financeiros destinados ao complexo é tabelado em 4,28 por cento do Orçamento Geral desta Federação?

Pergunta-se: o que pretende o governo de um povo para o futuro deste mesmo povo, se age tolhendo, escamoteando, minimizando as próprias possibilidades, restringindo os recursos necessários ao alcance de uma intelectualidade, ponto básico e fundamental, para o encontro com o seu próprio futuro e com os seus próprios desígnios?

É simples a resposta.

A pretensão, o objetivo, o intuito, é uno, claro, simples, patente e evidente. A pretensão é nojenta e condenável. Abominável, detestável, injusta. É fascista.

Pretende este Governo, arbitrário, prepotente, entreguista e por isso ilegítimo, cercear nossas possibilidades de estudar, analisar, pesquisar, discutir, buscar luzes, obscurecendo sempre que possa nossas visões e mentalidades para nos conservar cegos, mudos, surdos e servís ao seu propósito claramente totalitarista.

É evidente que um regime de força é incompatível com a libertação cultural de um povo e com o desenvolvimento social dos marginalizados.

Este regime é elitizador. É elitizante. E por isso, marginaliza, escraviza, cada vez mais os nossos trabalhadores, reduzindo-os a meros instrumentos de produção e não lhes permitindo influir no futuro da Nação.

Mas, aqui, ali e acolá, vozes já se fizeram e se fazem ouvir. Já se assiste a um destemor.

Segmentos vários já saem às ruas, reúnem-se nos estádios, nas igrejas e nas praças.

Setores governistas pecham tais manifestações como anárquicas e sub-elevadoras da ordem.

QUE ORDEM?

Poderia existir ordem numa Nação onde não existe ordenamento político? Onde o próprio sistema encarregou-se de esfarrapar, remendar e retalhar sua própria carta política?

Onde a ordem, se eleições são suprimidas?

A ordem está sendo buscada.

À custa de sacrifícios, de torturas, demissões, perseguições e até mortes.

São metalúrgicos e simples operários da construção civil que entram em greve; são professores primários, secundários e universitários que partem para a greve; são agricultores e posseiros, proprietários e porcenteiros que atravancam as estradas com seus caminhões, tratores e enxadas, exigindo respeito a seus direitos.

São estudantes mobilizados pela sua revivida união nacional, que, inconformados e revoltados, saem às ruas, reúnem-se em assembleias e se manifestam.

O sistema não deverá permanecer surdo a tantos clamores, por muito tempo mais. Alguns degraus já foram alcançados e o topo não está tão longe assim.

O adversário já lança mão de seus últimos recursos. Está confundido.

Com medo de eleições, o arbítrio rebusca-se num dos seus pacotes para porrogar mandatos. Seus organismos, dantes tão eficazes no combate às manifestações de esquerda, mostram-se incapazes para a tarefa de justificar os filhos do próprio ventre, os terroristas de direita.

A este respeito, ninguém mais que o próprio Presidente da República conhece a nascente desta movimentação direitista. Basta retroceder em sua folha de serviços e ver quais cargos ele preencheu ao longo desta ditadura. Como dirigente do SNI, o órgão mais equiparado da máquina de repressão. Não deixa de ser patético quando pretende ser demagogo. Ninguém, melhor que o próprio João Baptista, conhece quem está à frente

ou por trás dos atentados que vão desde o seqüestro de D. Hipólito, Bispo de Nova Iguaçu à invasão e depredação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, os vôos rasantes de helicópteros do segundo Exército sobre os operários do ABC, concentrados num estádio de futebol, até a prisão dos advogados Dalmo Dallari e José Carlos Dias e a pancadaria que aconteceu na freguesia do O, em São Paulo, por conta do viajante Governador de São Paulo, acrescentando ainda, o recente assassinato da secretária da OAB, na própria sede da entidade, vitimada por uma bomba de origem - quem sabe - conhecida.

Antes de quaisquer indagações sobre o paralelismo entre uma e outra abordagem, ou seja, em torno do relacionamento Ensino - terrorismo, faculta-me polemizar, por entender que o segundo termo não se deva restringir à prática de atentado ou ameaças.

Vejo o terror numa política governamental onde os gastos empregados com armamentos bélicos são dezenas de vezes superiores aos dispendidos em educação; vejo terror quando um Juiz de Direito é obrigado até a empunhar uma arma para fazer obedecer sua sentença, como aconteceu, que para sustar a demolição do prédio da antiga sede da UNE; vejo terror no contínuo e crescente aumento das anuidades escolares; vejo terror na própria falência do nosso ensino; na evasão escolar, na imposição da Lei n.º 5692 "onde os interesses políticos administrativos são alçados a um plano de lei, desdenhando-se os interesses da comunidade na elaboração dos currículos, causando uma total inadequação quanto às necessidades locais; uma forma de terror no deficitário salário do magistério, na instabilidade profissional e VEJO TERROR NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS DE UM PAÍS CUJA FREQUÊNCIA MAIOR É MOTIVADA PELA MERENDA ALIMENTAR, PATERNALISTICAMENTE SERVIDA; nas mordomias brasileiras e nos inexplicáveis vai e vem de jatinhos presidenciais; vejo terror nos furos impunes de dirigentes de órgãos públicos; na manobra da super valorização do dólar; no chuncho das ações da Vale do Rio Doce; nos empréstimos à Lufala, na proteção das operações Malufianas; no casamento Dew- Chemical Golbery; nos superempregos do ex-Presidente na negociação da Ligth; no escândalo do acordo Brasil-Alemanha, na corrupção enfim, corrupção oficializada, e referendada pelos oligarcas do Olimpo, TUDO ISSO, EM DEPRIMENTO DE MELHORES RECURSOS, DE MAIORES CONDIÇÕES PARA EDUCAÇÃO DO POVO DESTA NAÇÃO, que não mais dormem em berço esplêndido, MAS SAEM ÀS RUAS PARA CANTAR: "VEM, VAMOS EMBORA QUE ESPERAR NÃO É SABER, QUEM SABE FAZ A HORA NÃO ESPERA ACONTECER".

Para efeito de registro nos Anais desta Casa, cumpre lembrar as conclusões auferidas em Seminário realizado ainda em outubro do ano passado, sob os auspícios e com a participação da Associação dos Professores do Estado, o CEPAED - Centro de Pesquisas e Avaliações Educacionais em conjunto com associações de bairros. Foi lavrada uma proposta. Autêntica, justa e por isso digna de crédito. Aliás, deste estudo, a imprensa destaca afirmações de abalizados professores, dando conta que "o nosso modelo do Sistema Nacional de Educação não pode resolver a questão educacional brasileira; ao contrário, somente poderá agravá-la. PELAS RELAÇÕES QUE APROVEITA DO AUTORITARISMO QUE IMPÕEM NO SISTEMA ESCOLAR, PELO INTERESSE NA CAPITALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA COMO PROCESSOS DE EMPRESARIAMENTO PRIVADO, GERIDO PELA TECNOBUCROCRACIA CORPORATIVA DENTRO DO ESTADO".

Realmente, este documento é uma verdadeira denúncia.

"Se bem - diz o item 2 do estudo - que recursos destinados à educação não sejam a mesma coisa que recursos destinados ao Ministério da Educação e Cultura, cuja estrutura e funcionamento burocrático consomem parcela apreciável desses recursos, e cujas aplicações não são acessíveis ao povo, acre-

ditando-se que as pesquisas, movimentações de pessoal, projetos especiais, distribuição a particulares e empresas, devem somar quantia apreciável. É IMPORTANTE ASSINALAR QUE O ORÇAMENTO DA EDUCAÇÃO PARA O CORRENTE EXERCÍCIO (1979) É DE MENOS DE TRÊS POR CENTO DO TOTAL DA UNIÃO E QUE FORAM PREVISTOS ORIGINARIAMENTE (MÁRIO SIMONSEN) 2,5 POR CENTO PARA O PRÓXIMO ANO (1980) EMENDADOS PARA CINCO POR CENTO. Em 1965, como resultado de uma política de alocar maiores recursos à educação, vinda de orçamentos anteriores, o orçamento da União destinava 12,5 por cento ao MEC" e mais adiante, no mesmo item, o alerta: "enquanto hoje o orçamento do MEC se situa em cinco por cento o orçamento para atividades menos importantes, até para o processo produtivo, como o das Forças Armadas, chega a trinta por cento do total orçamentário".

Por outro lado, as estimativas oficiais, carentes de averiguações maiores, eis que desacreditadas por sucessivas manipulações de dados, mostram que o Brasil" apresenta o quadro alarmante de vinte e cinco milhões de menores abandonados, numa população de cento e dez milhões de habitantes. MAIS DE SETE MILHÕES DE CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR ESTÃO FORA DESTA PROCESSO EDUCACIONAL. As estatísticas apresentam um índice de quarenta por cento de repetentes, de evadidos da primeira série do primeiro grau, destacando um contingente de seis milhões em quinze milhões que repetem ou são evadidos.

Dados não pessimistas, afirmam que de cada três crianças que ingressam na escola de primeiro grau, duas saem do curso e uma o termina.

Afirma-se ainda que a quase totalidade das crianças que não têm acesso à escola, são filhos das classes trabalhadoras. Os repetentes, os colocados em "classes especiais" e os evadidos são, principalmente, filhos de classe trabalhadoras.

De 1973 até hoje, aumenta significativamente o número de crianças sem escolas e adultos analfabetos. Nos estados do Sul Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, os índices de crianças à margem da educação fundamental, cresceram de 49,6 por cento em 1973, para 58,5 por cento em 1976, numa proporção de aumento de vinte por cento. No tocante à educação de adultos, os dados do MOBRAL estão em guerra com os apresentados pelo IBGE. Enquanto o primeiro, o MOBRAL afirma que a população adulta brasileira era composta de sessenta milhões de pessoas, das quais apenas 8,4 eram analfabetos, o IBGE destaca, entretanto, que a população adulta era de cinquenta e nove milhões, dos quais 14,35 milhões eram analfabetos.

Para o primeiro, apenas 14 por cento, para o segundo 24,3 por cento. E leve-se em conta que o aprendizado do MOBRAL resume-se apenas num "desenhar" os nomes para obtenção do título eleitoral.

TODA SOCIEDADE SE RECENTE DESSA ATITUDE FUNDADA NA DITADURA POLÍTICA E NA POLÍTICA ECONÔMICA DO REGIME. O crescimento econômico experimentado pelo Brasil nas duas últimas décadas não foi capaz de modificar este quadro. Pelo contrário, agravou-o. O arrocho dos salários convocou a mulher e a criança para o trabalho, como meio de ampliar a renda familiar de sobrevivência. O que poderia ser uma conquista para mulher - integrar-se no produtivo e participar da vida política e social - transformasse em dupla carga de trabalho. Esta situação gera profunda transformação na estrutura familiar de amplas camadas de trabalhadores, com sérios prejuízos para a infância que não recebe assistência que possa compensar a anteriormente provida pela família. As crianças que escapam da morte nos primeiros anos de vida, são convocadas como mão-de-obra no campo ou na cidade.

Ao final, o documento intitulado POR UMA POLÍTICA

DEMOCRÁTICA E POPULAR NA EDUCAÇÃO" desfralda suas bandeiras, dentre as quais, destacamos: a) a luta das classes trabalhadoras pelo reconhecimento de cursos e escolas de tipo e caráter popular contra o sistema burocrático oficial; b) a luta por mais escolas; c) a luta dos professores por melhores condições de trabalho (salários, liberdade, estabilidade) e melhor qualidade de ensino, programas sociais de atendimento à infância, integração cultura-educação-saúde, revisão dos programas currículos e métodos, desenvolvimento integral do aluno, democratização das relações internas na escola; d) a luta das classes trabalhadoras pelo aumento de recursos oficiais para a educação e a definição de prioridades educacionais e enfim, salienta o estudo: AS LUTAS POPULARES NA EDUCAÇÃO SE INSCREVEM ENTRE AS PRINCIPAIS LUTAS DO POVO BRASILEIRO, HOJE, PELA REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS, PELA ELEVAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS TRABALHADORES, PELO FIM DO REGIME DE ARBITRÍO. PELO ESTABELECIMENTO DE UM NOVO PACTO SOCIAL NO QUAL OS TRABALHADORES TENHAM PARTICIPAÇÃO E PAPEL POLÍTICO QUE A SUA POSIÇÃO NO PROCESSO PRODUTIVO LHE DEVE ASSEGURAR.

Em janeiro de 1978, desta mesma tribuna, enfatizamos que o direito à educação é básico no regime democrático. A própria prática tem demonstrado que onde apenas as "élites" ou os "subservientes", servem-se do ensino, pode existir tudo, menos uma sociedade pluralista. Assim o afirmamos dando conta que a implantação da reforma do ensino foi desastrosa. Encarregaram-se aos Estados Federados, a responsabilidade do planejamento e da implantação dessa reforma. Criou-se, pois, um ônus aos Estados e municípios para tornarem-se responsáveis pelo ensino de primeiro e segundo graus, na exata e proporcional medida em que a União passou a abocanhar as maiores parcelas da receita pública.

É lógico que a pretendida reformulação total na sistemática educacional brasileira, pressupõe, paralelamente, uma reforma tributária, uma revisão nos recursos destinados à EDUCAÇÃO, não os globalizados para o Ministério da Educação e Cultura.

Ora, tenhamos em mente que o Brasil é o único representante da América Latina, numa relação de 23 países de todo o mundo que mais gasta em armamentos. Em 1973 gastamos mais de um bilhão de dólares. Em 1977 destinou 1,3 bilhão de dólares para as Forças Armadas contra um bilhão para a Educação.

Não se pode pretender o alcance de uma soberania, de uma pujança, global para um País, onde a educação é tida apenas como trampolim para estrepolias políticas. Chora o professor, reclama, se debate, se amaldiçoa e amaldiçoa a nós todos mas, pobre coitado, no dia de eleições, contrariando suas próprias consciências, tem que ser visto pelos caciques eleitorais, nas filas de votação, influenciando os eleitores a votarem nos candidatos governistas. Prestam-se a papéis até desonestos, substituindo cédulas ou propagandas de candidatos não abençoados pelos comandos políticos.

Despersonalizaram-se.

Cederam a cabeça e o lombo ao algoz de sua própria consciência. Estudou, gastou, sofreu, distanciou-se da própria família, para, conseguido o diploma, continuar com os punhos algemados à insensibilidade de um comando coronelístico, ignorante até.

A Justiça que deveria protegê-lo, fica cega e manietada diante da espúria legislação que não lhe oferece as garantias de estabilidade no desempenho do cargo. Existe um tal de período probatório, submissor. Ora, período probatório, o professor já o cumpriu ao longo dos anos em que também estudou, na apresentação da carga de documentos que atestam sua capacidade profissional, sua idoneidade moral e física.

O professor, é sim, antes de tudo, um atrelado.

LIBERTEM-SE DESSAS AMARRAS, DESSAS CA-

DEIAS, DESSAS ALGEMAS VERGONHOSAS. Que exemplos podeis dar à juventude que tem sede de independência, se vós mesmos tendes a consciência e o comportamento subjugados pelo medo dos "chefes" de gabinete?

De 1966 até 1977, os índices da inflação acumulada atingiram o total de 349,98%, devendo situar-se então, nesse ano, na casa talvez dos 500%. Ao lado desses vergonhosos índices, os reajustes salariais não devem ter atingido, acumulativamente, a casa dos 350%.

EXISTEM PERSPECTIVAS? QUAIS?

Se existem, é preciso buscá-las. E para essa busca, talvez o caminho seja mesmo o que se trilha. A mobilização geral, a conscientização de toda a classe para a unificação de todos em defesa de tão legítimos quanto sagrados interesses. São interesses de toda a Nação.

Repito o que disse o jornalista Fernando Pedreira: "DIZEM QUE CADA PAÍS TEM O GOVERNO QUE MERECE. ACHO QUE É HORA DE ACRESCENTAR QUE NÃO MERECEMOS TANTO. JÁ TIVEMOS DEMAIS".

Por isso, Sr. Presidente, acredito, seja válida para a história brasileira, a greve que pela primeira vez na história desta Nação, paraliza 13 universidades, inclusive, Universidades Federais, subjugadas, circunscritas, ao esquema oficial da educação nesta Nação.

Porque o professor não aguenta mais, o aluno não aguenta mais, e principalmente, o pai de família, não aguenta mais o preço da educação. Se se fez uma revolução, para recuperar a consciência do Brasil que se eduque o povo para esta consciência, porque lamentavelmente a constatação é essa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, fez-se uma revolução, para manter o povo na ignorância e através dessa ignorância, manter-se o Poder, medo que os governantes têm, de que o povo com consciência educada, possa destroná-lo desse Poder, que é ilegítimo, arbitrário e hoje, assume os riscos de verdadeira catástrofe nacional.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta a Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário. A Mesa concede a palavra ao nobre Deputado Gernote Kirinus.

Antes porém, a Mesa com muita satisfação, registra a presença em nossas galerias, das Sras. componentes do Curso de Extensão Cultural da Mulher, promovido pela 5.ª Região Militar e ADESG, que vêm a este Poder a fim de completar estudos de expressão política, do Poder Nacional. Esta Assembléia, com muito orgulho, registra a presença de tão dignas Sras. que vêm em visita ao Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Gernote Kirinus. O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Inicialmente, quero agradecer à Liderança do Partido, por me conceder esse nobre espaço, porque, era a intenção da bancada falar hoje, sobre a prorrogação dos mandatos.

No entanto, um assunto também seriíssimo nos traz à tribuna e, fica desde logo, anunciado, a intenção de amanhã, falarmos sobre a prorrogação dos mandatos, matéria que veio descaracterizar, toda e qualquer pretensão de abertura democrática nesse País.

Mas Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de trazer à Tribuna a preocupação de nossa bancada e de todos os paranaenses sobre as crises que estão gerando as diversas construções de hidrelétricas em nosso Estado. Se bem que a crise energética que assola o nosso País que serviu de bode expiatório para justificar a falta de educação, a falta de saúde para o povo, para justificar todas e quaisquer outras crises, tem no Paraná a esperança, a perspectiva de solução.

O Estado do Paraná é tido hoje como perspectiva de solução para esta situação gravante em nosso País, pois sem

contar com os valiosíssimos recursos energéticos do urânio de Curiúva, da exploração do xisto betuminoso e a implantação gradativa de usinas de álcool, contaremos com a maior concentração de usinas hidrelétricas de todo o continente sulamericano. Pois só em rios interiores contamos com um potencial energético de aproximadamente 30 milhões de quilowates. E se acrescentarmos o rio fronteiro, o rio Paraná, alcançaremos quase 50 milhões de quilowates.

Portanto, o Paraná dá uma contribuição invejável para o País no sentido de ir ao encontro do gravíssimo problema da crise de energia. Se por um lado nós podemos nos orgulhar, por outro lado este orgulho também fica caracterizado de temor, de um verdadeiro temor e espanto que têm os agricultores que já com a experiência de Itaipu, agora em Ilha Grande, outra experiência talvez tão amarga, ou talvez mais amarga haverão de passar os nossos agricultores.

É estranho perceber que a medida que aproxima o progresso também se aproxima pela porta dos fundos a desgraça para uma grande maioria deste povo paranaense. Nós perguntamos qual será a parte que nos cabe? Nós perguntamos quais as recompensas que se oferecem ao povo paranaense, ao trabalhador rurícola por tão grande sacrifício que fazem pela Nação.

Serão os 200 ou 400 mil cruzeiros cobrados para uma eletrificação rural a recompensa para esses agricultores de todas as hidrelétricas já construídas ao longo do rio Iguaçu e afluentes. Nada de agradável nos é relatado pelos agricultores que já foram indenizados e forçados a abandonar suas terras, tendo em vista as insignificantes quantias que foram indenizados.

Com Itaipu o que nos resta é o orgulho megalômano de ser a maior obra de engenharia mundial; as conseqüências daí advindas já são conhecidas desta Casa e para que não nos esqueçamos digo mais uma vez, Itaipu cantou e ainda canta o desespero e o desencanto dos pequenos agricultores iludidos por uma indenização duvidosa.

Mas após Itaipu, já temos uma outra, uma outra hidrelétrica que está trazendo sérias preocupações aos posseiros, ilhéus, pescadores, pecuaristas, pequenos e médios proprietários que se localizam ao longo do Rio Paraná, acima do Salto das Sete Quedas de Guaíra, ora em agonia.

É a construção da hidrelétrica de Ilha Grande, que acima de tudo haverá de ser a salvação do assoreamento iminente de Itaipu. Muito pouco se sabe da construção desta barragem. Ninguém revela suas dimensões e conseqüências, mas a simples notícia de sua construção, foi o bastante para intranquilizar milhares de famílias paranaenses e sul-matogrossenses.

Intranquilidade aliás, já característica de todas as barragens construídas ou em construção, devido as dimensões aleatórias e a falta de planejamento que trazem consigo.

Estas obras, incontestavelmente, são perfeitas quanto à engenharia, mas no plano humano não chegam aos pés dos mais elementares princípios da justiça humana. E é isto que sempre temos abordado nesta Casa e incesantemente, mesmo sem sermos entendidos, mas sofrendo deturpações em nossos pontos de vista, por adversários políticos comprometidos com as elites governistas, nunca deixamos de apontar, nunca esmorecemos, nas denúncias das falsas promessas e mentirosas informações como por exemplo, de uma binacional Itaipu.

Hoje se junta ao mausoléu do faraó, o mausoléu nada menor, que é a hidrelétrica Ilha Grande. Mesmo sem ter a iniciativa das obras, já registramos aqui as nossas preocupações e a de milhares de famílias da futura Bacia de Ilha Grande.

É impressionante, no plano energético do Governo, a negativa de deixar informados os atingidos, para que desde logo possam encaminhar soluções do seu reassentamento.

Tenta-se convencer a população que ainda não há o que informar. Ora, uma obra de tal vulto e importância, deve ter estudos minuciosos sobre sua abrangência. Na realidade, a desin-

formação sempre interessou aos ditadores deste País, pois deixando o povo na ignorância, jamais terá condições de se organizar e reivindicar elementares direitos de justiça que lhe cabem.

Nos últimos anos, Guaíra lamentava a perda de sua maior riqueza qual seja o Salto de Sete Quedas. Diante disto, foi iniciada uma luta conjunta para que o Governo Federal indenizasse esta perda irreparável. Inclusive o seu Prefeito, biônico, herdeiro daquela capitania, era um dos mais ferrenhos defensores desta medida. Com o advento de Ilha Grande, o altruísmo foi esquecido. Talvez obsecado com as benesses prometidas pela ELETROSUL, construtora da barragem de Ilha Grande, o transtorno social que há de advir, já tem seus aproveitadores previamente escolhidos.

E fala-se em Guaíra que o Prefeito e sua cúpula governista não são os protagonistas de suntuosos loteamentos e audazes projetos de construção de casas, especulando chacareiros inocentes e desinformados, na compra de imóveis localizados nas redondezas da futura construção da hidrelétrica.

Eis como se cala uma voz em torno das Sete Quedas.

E mesmo sem saber algo de oficial da barragem de Ilha Grande, sabe-se que cerca de quinze ilhas, no Paraná, serão inundadas, perfazendo uma área de aproximadamente dez mil hectares, igual à quatro mil alqueires, que abrigam cerca de 3.450 famílias de ilhéus, segundo dados colhidos. Estas famílias, irremediavelmente haverão de abandonar suas posses, ou melhor, serão expulsas, irão aumentar a fileira dos que hoje perfazem o número dos "bóias-frias".

A preocupação que tomou conta dos ilhéus, é de para onde ir. Estes ilhéus foram constantemente prejudicados pelas enchentes que se verificam no Rio Paraná nos últimos anos. As barragens de Jupia, Ilha Solteira, tinham a tarefa de minimizar as enchentes do Rio Paraná, mas ainda neste ano, se verificou a inoperância deste objetivo, quando a enchente obrigou aos ilhéus a se retirarem de suas posses. Não tendo aonde assentarse, voltam sempre de novo à Ilha Grande. Não tendo reforma agrária séria, voltam sempre de novo a ocupar o seu único reduto que lhe será tomado.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. GERNOTE KIRINUS — Logo em seguida, nobre Deputado.

O incrível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a desconfiança por parte dos posseiros, daquelas ilhas, notem bem, a desconfiança por parte dos posseiros, talvez até acertada, de que a enchente do início deste ano, teria sido provocada, visando a retirada deles e também a fácil tarefa subsequente da ELETROSUL, em proceder a construção da barragem de Ilha Grande, de limpar, por via indireta, por assim dizer, a área.

Outra denúncia por parte dos posseiros de ilhéus, é de que a ELETROSUL estaria visitando certas ilhas ao longo do Rio Paraná, pressionando os ocupantes para que se retirem, pois os mesmos não teriam direito à indenização, ou regularização, por tratar-se de área pertencente à Marinha Brasileira. Isto é apenas parte das denúncias que temos em nosso poder. E diante disso, queremos deixar registrado desta tribuna, nossa preocupação para com os ilhéus, posseiros, pescadores e proprietários que serão atingidos com a construção desta barragem. Não podemos admitir que o Estado do Paraná arque mais uma vez com milhares de famílias sem terras, perambulando de cidade em cidade, transformados em "bóias-frias" e mendigando trabalho para o seu sustento. O Paraná inegavelmente é potência em energia. Está à margem da participação efetiva na produção dessa energia. Esse é o nosso grande lamento. Isto é a preocupação que trazemos hoje à esta tribuna. Ouço o aparte do nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Nobre Deputado, Gernote Kirinus, Vossa Excelência realmente tem se batido a respeito das indenizações para os homens que terão as suas proprieda-

des alagadas, com a construção das grandes usinas no Estado do Paraná. Tal preocupação tem sido de Vossa Excelência, de membros da sua bancada e também da nossa.

Pela experiência que eu tenho tido no debate constante deste assunto, eu creio que as entidades de caráter regional ou até de caráter binacional: Itaipu e regional, ELETROSUL, têm tido um procedimento com os homens e com as propriedades do Paraná, injusto. Tenho dito e repetido nesta Casa, de que realmente a ELETROSUL tem agido no Paraná, como se fora uma empresa estrangeira, sem nenhuma ligação, e sem nenhum interesse com o destino social e econômico do Paraná. Dentro deste princípio, eu quero informar a Vossa Excelência de que existe uma tentativa por parte do Governo do Estado em convênio com a ELETROSUL, a possibilidade da regularização e do pagamento das áreas que serão inundadas com a usina de Ilha Grande, inundando terras fertilíssimas do lado do Paraná e do lado do Mato Grosso. Por que isto, nobre Deputado? Porque se o Governo do Paraná cuidar desta parte, através do Instituto de Terras e Cartografia, nós teremos a possibilidade de um diálogo constante e de um acompanhamento permanente das atitudes governamentais, com relação às indenizações para os moradores daquela região. Creio, portanto que esta é uma medida extremamente salutar que o Governo do Estado está adotando para evitar que ocorra com a indenização de Ilha Grande o que infelizmente vem ocorrendo sob o nosso veemente protesto, com a construção das Usinas de Salto Santiago e como ocorreu há mais de cinco anos com a Usina de Salto Osório, que, infelizmente ainda, proprietários daquela bacia, daquela região, não tiveram suas áreas inundadas.

Só para contribuir com o discurso de Vossa Excelência, oportuno, é preciso que o Governo do Estado tome as providências e faça a legalização e a desapropriação das áreas de Ilha Grande e Iguaçu.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o seu pronunciamento e, para concluir, Sr. Presidente, acrescentaria que esta é a grande oportunidade para o Governo do Estado dar uma demonstração e realmente realizar a reforma agrária, trocando terra por terra, e esta é a reivindicação dos agricultores.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta a Liderança do PTB se deseja fazer uso de seu horário. — (Declina). — Consulta a Liderança do PDS. Falará o nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobre Srs. Deputados.

Sem quaisquer contestações ao nobre Deputado Fiori Luiz, e voltando, ainda, ao assunto "BANESTADO", eu me sinto no dever de trazer à Casa, alguns dados do último balanço do BANESTADO que comprova a vitalidade, a saúde financeira daquele banco, ao contrário do que afirmou, nesta Casa, o nobre Deputado Fiori Luiz. (Lê):

A potencialidade de um Estado pode ser medida pela força de sua economia. Em apenas 14 meses da gestão do Governador Ney Braga, o Banco do Estado do Paraná experimentou um dos maiores crescimentos já registrados em toda a sua história. Isso, graças ao incentivo que recebeu do governo estadual e à confiança depositada na instituição por milhões de paranaenses.

O BANESTADO obteve um incremento de 175% nos depósitos totais, verificado no período de fevereiro de 1979 a junho deste ano, o que veio significar uma variação de Cr\$ 6.059.169 mil para Cr\$ 16.684.451 mil. Tal crescimento demonstra a pujança da economia paranaense, principalmente na área agrícola, setor considerado prioritário pelo governo federal, visando não só baratear o custo de vida como também angariar divisas com a exportação de excedentes.

Por outro lado, no mesmo período, os empréstimos totais do BANESTADO evoluíram de Cr\$ 12.846.845 mil para

Cr\$ 21.188.950 mil, registrando um incremento de nada menos que 112%. Este crescimento significa o ingresso de recursos dirigidos às atividades produtoras do Estado, principalmente aos pequenos e médios agricultores, criadores e empresas carentes de recursos, como também a atender financiamentos destinados a empresas governamentais, saneamento, área e esgotos e Prefeituras, contribuindo não só para o desenvolvimento econômico do Paraná, como também para a melhoria de qualidade da vida de nosso povo.

Graças ao apoio do governo estadual, o BANESTADO também sofreu, no mesmo período, uma grande expansão do conglomerado. Dentro da política de expansão e modernização do Conglomerado Financeiro Banestado foi adquirida a totalidade do controle acionário da empresa Locrent Arrendamento Mercantil S/A, e em Assembléia Geral realizada em 03 de janeiro deste ano, foi decidida a mudança para Banestado Leasing S/A — Arrendamento Mercantil. Dado ao volume de negócios, em relação ao tamanho da empresa, uma das primeiras providências adotadas foi o de elevar seu capital social de Cr\$ 13,4 milhões para Cr\$ 50,25 milhões, com incremento de 78,27%.

Por outro lado, foi assinada a escritura pública de constituição da Baninvest S/A - Sociedade de Investimentos, com um capital autorizado de Cr\$ 50 milhões. Esta nova e moderna empresa está destinada a captar no exterior, recursos para investimentos no País, especificamente no Paraná, em Carteira diversificada de Títulos e Valores Mobiliários, o que vem contribuir sobremaneira para o desenvolvimento do mercado de capitais, em favor das empresas que aqui trabalham.

Já, em junho último, foi constituído o Banestado Club, sociedade civil sem fins lucrativos que passou a integrar o grupo de empresas lideradas pelo BANESTADO, com capital inicial de Cr\$ 100 mil. A empresa está habilitada a instituir planos previdenciários e seguros em grupo para os correntistas do BANESTADO e para o pessoal das empresas que são suas clientes.

O crescimento do BANESTADO chegou, ainda, a ultrapassar fronteiras. Recentemente foi inaugurada a primeira agência do Banco del Paraná S/A, localizada em Assunção, no Paraguai. Dentro da filosofia de expansão do Governo Ney Braga, mais outras duas agências ainda deverão ser organizadas e inauguradas nas cidades de Presidente Stroessner e Salto del Guairá. É bastante promissor o futuro deste novo Banco, já que aproximadamente 10% da população paraguaia é constituída de paranaenses, afora o Porto de Paranaguá ser o escoadouro nacional da produção do vizinho país.

Ressalte-se ainda, a expansão do BANESTADO no interior do Paraná. No decorrer da atual gestão, o número de agências passou de 209 para 232 unidades. Por outro lado, a fim de facilitar a movimentação financeira das empresas de porte e dos órgãos públicos, foram instalados quatorze postos especiais de prestação de serviços. Ainda, com o total apoio do Governador Ney Braga, a instituição financeira procurou dirigir recursos, através da instalação de nove Postos Avançados de Crédito Rural, no interior do Paraná, facilitando assim o acesso de pequenos produtores a financiamentos rurais sem deslocamento a grandes centros.

Está aí, pois, Senhor Presidente, Senhores Deputados, um retrato da expansão que sofreu o Conglomerado Banestado, em apenas quatorze meses, graças ao apoio do Governador Ney Braga e à confiança do povo deste Estado."

Aí, Sr. Presidente, era nosso dever trazer à Casa esses dados para que os Anais da Casa registrem que o Banco do Estado, ao contrário do que muitos afirmam, e ao contrário do que foi dito nesta Casa, até com certa ênfase, não atravessa períodos críticos. Não. O BANESTADO foi o banco que mais cresceu no Paraná, superando, inclusive, essa extraordinária rede bancária que é o Bamerindus S.A., que é um orgulho da terra

e da gente paranaense.

Quanto ao fato que se criticou nesta Casa, haver o BANESTADO levado — segundo expressões de quem aqui afirmou — “puxão de orelhas” do Ministro do Planejamento e do Banco Central, por haver ultrapassado o limite de 45 por cento na expansão de crédito, isso vem provar, mais uma vez, a certeza com que essa Diretoria vêm administrando o Banco do Estado. Certeza, acerto e justiça, porque, no primeiro semestre, antes mesmo de terminar o primeiro semestre, o Banco há havia concedido empréstimos até atingir o limite pré-fixado pelo Banco Central, para operações dessa natureza. Isto comprova, mais uma vez, que o Banco vem cumprindo, cabal e integralmente, seu papel de mola propulsora da economia paranaense.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Erondy Silvério, estamos ouvindo com muita atenção, o problema que Vossa Excelência está discorrendo sobre o Banco do Estado.

Olhamos e admiramos, em Vossa Excelência como verdadeiro Líder, porque traz a esta Casa, hoje, um esclarecimento de domínio público. Eu só queria apenas, para uma pálida observação, dizer a Vossa Excelência que, no mercado de capitais, as ações do Banco do Estado hoje, são as que mais são procuradas, de acordo com os “experts” no problema financeiro do Paraná, superando esse extraordinário banco que é o BAME-RINDUS.

Hoje, as ações do Banco do Estado, são ações de quem está afeto a este sistema de mercado de capitais, comprovam que as ações do Banco do Estado, são papéis de uma solidez e de uma procura que deixa a desejar muitas outras entidades. Então, Vossa Excelência está de parabéns, ao discorrer não a defender, apenas a esclarecer, a situação e a posição deste grande conglomerado que é o Banco do Estado.

Então, o problema de ações em todos os setores, o Banco do Estado hoje, está crescendo. A ação do Banco do Estado há seis meses atrás, não se comprava nem a um cruzeiro, hoje, procura-se, a um e quarenta, um e cinquenta e um e sessenta. Então, é esta a conotação que queria fazer a Vossa Excelência para me parabenizar com a vossa liderança e com o vosso tirocínio, que vem demonstrar à Assembléia, e aos que não crêem na pujança do Banco do Estado.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu é que agradeço o aparte de Vossa Excelência. E, cumpre-se assim Sr. Presidente, um novo ciclo na vida do Banco do Estado, e, por uma dessas felizes coincidências do destino, exatamente no segundo período de Governo de Ney Braga. Porque, já em 1961 ao assumir o Governo do Estado, o Banco do Estado era então, uma instituição financeira, em situação crítica, difícil, dado a abusos que se cometeram na sua administração.

Já no primeiro Governo, o Banco do Estado foi recuperado, ganhou a credibilidade do mundo financeiro nacional. E agora, ainda antes de completar a primeira metade do seu Governo, o BANESTADO já tinha realmente tido esse crescimento espantoso, a sua ação valorizada, a ponto de superar a cotação do mercado de ações das próprias ações do BAMERINDUS S.A., que é outro conglomerado financeiro que honra, que orgulha, o Estado do Paraná.

Nós trouxemos esses esclarecimentos à Casa, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, para que os Anais registrem, a real, a verdadeira situação do Banco do Estado, que passa a ser realmente, um motivo de orgulho para todos nós paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta à Liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa deferiu e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Responderam a chamada 40 Srs. Deputados. Há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, devidamente apoiado, constante do expediente. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

EM VOTAÇÃO — 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 79/80, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a “Escola Especializada Amor Perfeito”, mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 94/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 43/80), que revoga os dispositivos das Leis n.ºs 7.074, de 2 de janeiro de 1979 e 7.122 de 26 de abril de 1979. (Que proíbem aos integrantes da carreira de Procurador do Estado e do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura, o exercício de atividade de natureza particular). Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 72/80, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de utilidade pública a “Associação Cristã de Assistência Social - Lar dos Meninos do Xaxim”, da cidade de Curitiba - PR. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 88/80, de autoria do Deputado ANTÔNIO ROMERO FILHO, que altera redação da Lei n.º 6.755, de 16/12/75, passando a declarar de utilidade pública o “Lar São Vicente de Paulo”, mantenedora do Asilo São Vicente de Paulo, em substituição a Conferência Vicentina São Francisco de Assis, Sociedade São Vicente de Paulo, com sede e foro na cidade de Umuarama. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 97/80, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que declara de utilidade pública a “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paranaguá”, com sede e foro na Cidade de Paranaguá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 99/80, de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública a “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bandeirantes”, com sede e foro na cidade de Bandeirantes - PR. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 99/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIA-

ÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BANDEIRANTES, com sede na cidade de Bandeirantes - Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1980.

a) RUBEN VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BANDEIRANTES, com sede e foro na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, constitui uma sociedade civil de caráter assistencial, sem fins lucrativos, tem como finalidade promover o bem-estar e ajustamento em geral de indivíduos excepcionais onde quer que se encontrem, independente de idade, que tenham se desviado acentuadamente para cima ou para baixo do nível dos indivíduos normais em relação a uma ou várias características emocionais, mentais, físicas ou sociais, ou qualquer combinação dessas, de forma a criar um problema especial com referência à sua educação, desenvolvimento e ajustamento ao meio social.

Encontra-se em pleno funcionamento de suas atividades e atende as determinações previstas em lei.

A "APAE DE BANDEIRANTES", pelo importante papel que desempenha na área assistencial de nosso Estado, justifica por si a presente proposição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 99/80

De autoria do nobre Deputado Ruben Valduga, o presente Projeto de Lei n.º 99/80, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bandeirantes, com sede e foro na cidade de Bandeirantes.

A justificativa apresentada pelo autor do projeto, bem como a documentação inserida no processo, comprovam o preenchimento pela entidade, dos requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
PAULO CAMARGO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 104/80, de autoria do Deputado DARCY DEITOS, que declara de utilidade pública a "Loja Maçônica Oliveira Zanini n.º 45", com sede e foro na cidade de Campo Mourão. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 104/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "LOJA MAÇÔNICA OLIVEIRA ZANINI N.º 45, com sede e foro na cidade de Campo Mourão.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1980.

a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

A sociedade que ora se pretende declarar de utilidade pública tem por finalidade o caráter beneficente e cultural, crendo em Deus, para o aprimoramento do caráter, a fim de combater os erros e a ignorância, sem fim lucrativo, não havendo distinção de raça, cor ou religião.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 104/80

De autoria do nobre Deputado Darcy Deitos, o presente Plano de Lei, tem por finalidade declarar de utilidade pública a

LOJA MAÇÔNICA OLIVEIRA ZANINI N.º 45, com sede e foro na cidade de Campo Mourão.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
JOSÉ TAVARES — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 105/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 49/80), que prorroga até 30 de setembro de 1982 (um mil e novecentos e oitenta e dois) os efeitos da Lei n.º 6.547, de 06 de junho de 1974. (Código de Vencimentos da PMEP). Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H. e C.S.P., por unanimidade. COM PRAZO CONSTITUCIONAL À VENCER EM 22/09/80. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 105/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Ficam prorrogados até 30 de setembro de 1982, os efeitos da Lei n.º 6.547, de 06 de junho de 1974.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1980.

a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 105/80

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente projeto de lei tem por finalidade prorrogar até 30 de setembro de 1982, os efeitos da Lei n.º 6.547 de 06/06/74.

A proposição está devidamente justificada no bojo da Mensagem, não havendo qualquer óbice legal ou constitucional que possa impedir a sua aprovação por esta Casa, deixando-se os demais aspectos para serem analisados pelas demais Comissões Técnicas que posteriormente a apreciarão.

Com isso o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 105/80

Oriundo de Mensagem Governamental n.º 49/80, o presente projeto de lei tem por objetivo prorrogar até 30 de setembro de 1982, os efeitos da Lei n.º 6.547, de 06 de junho de 1974.

Quanto ao ângulo constitucional e legal já se pronunciou favoravelmente a douda Comissão de Constituição e Justiça.

O projeto em estudo nesta Comissão não encontra qualquer óbice que possa impedir a sua aprovação por esta Casa, estando devidamente justificada no bojo da mensagem.

Isto exposto, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 1980.

aa) JURANDIR MESSIAS
Presidente
MÁRIO CELSO
Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 105/80

Oriundo de Mensagem Governamental n.º 49/80, o presente projeto de lei tem por objetivo prorrogar até 30 de setembro de 1.982 os efeitos da Lei n.º 6.547, de 06 de junho de 1.974.

A medida legislativa é justa e deve merecer o apoio do Parlamento. Não seria justo para o pessoal da Polícia Militar, que prestando relevantes serviços à Polícia Civil, tivesse, ainda, redução em seus vencimentos.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 1.980.

aa) José Tavares, Presidente;

Nilso Sguarezi, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Marconcim. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor e reconhecimento ao Sr. Secretário do Interior, pelos relevantes trabalhos prestados à frente da referida Secretaria, em especial pela maneira prestativa e eficiente em que se apresentou e dirigiu os trabalhos da 23.ª Reunião da AMUNOP. **Aprovado.**

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deferirá e procederá à verificação de votação.

21 Srs. Deputados aprovam; 18 Srs. Deputados rejeitam. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi e outros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade à Ordem dos Advogados do Brasil, à Câmara Municipal do Rio de Janeiro e à "Tribuna da Luta Operária", pelos atentados criminosos que sofreram, bem como às famílias das vítimas. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao Sr. Secretário da Administração e à toda a equipe da referida Secretaria, pelo brilhante trabalho desenvolvido. **Aprovado.**

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deferirá e procederá à verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

23 Srs. Deputados aprovam; 13 Srs. Deputados rejeitam. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos à "Revista Panorama", pela passagem do seu 30.º aniversário de fundação. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Sr. Presidente da República, encarecendo veto total ao projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Herbert Levy (PP-SP), que trata do futebol nacional e que visa transformar em multas todas as punições a que se sujeitam os jogadores de futebol e dirigentes esportivos quando ocorrerem em faltas disciplinares. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 62/80. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal de Piraquara, em forma de sugestão, visando esclarecimentos com respeito a denúncias realizadas pela Associação dos Moradores do Conjunto Residencial Graciosa. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, à Polícia Rodoviária e ao Tenente Jairo Mello, que comandou a "Operação Boia-Fria". — Em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Para encaminhar a votação) Sr.

Presidente, nobres Deputados, apenas para dizer que a nossa bancada, esta questão vai ficar em aberto, e este Deputado vai votar favoravelmente em que pese à Polícia Militar e à Polícia Rodoviária do Estado do Paraná, não estarem fazendo mais nada do que cumprindo com a sua obrigação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo providências quanto ao funcionamento e designação de um médico para o Posto de Saúde do Distrito de Luisiana, Município de Campo Largo. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um posto de serviço telefônico na localidade de Rio D'Areia, Município de Prudentópolis. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro do Planejamento, no sentido de que o Banco do Estado do Paraná seja contemplado com um valor de crédito para o custeio agrícola quatro vezes maior. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 128/80. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo anistia para as sanções disciplinares impostas a funcionários públicos e militares primários, pelo significado histórico da visita Papal ao Paraná. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a expedição de telex às lideranças de todos os partidos com assento na Câmara Federal e Senado da República para que, seja prontamente rejeitada a Emenda prorrogacionista. — Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Questão de ordem) Sr. Presidente, gostaria de neste instante, rapidamente expor o motivo por demais óbvio, da retirada desse assunto já prejudicado. Ocorre que talvez seria melhor fazer um Reque-

mento pedindo à Maioria do Congresso Nacional, que erigisse um monumento no Planalto, à Emenda Anísio de Sousa e que pudesse ser constatado no seu pedestal, tratar-se de mais uma atitude em que se somou a cumplicidade pela primeira vez, porque até há pouco tempo, nós achávamos que havia muita servilidade. Mas, a partir do momento desta abertura no País, quando a maioria vota, como votou, ela não mais está servindo, ela está sendo cúmplice do crime contra a democracia, a liberdade e a verdadeira abertura.

E esta manifestação que podia ser feita no Planalto, deveria constar a Emenda anti-democrática, anti-ética e imoral.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós pedimos a retirada deste nosso requerimento, porque, como de outras vezes, os democratas devem, neste instante, estar dizendo como o poeta "Há dias que a gente se sente como quem partiu ou morreu".

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deferiu a solicitação de Vossa Excelência.

Retirado o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando a expedição de telex ao Ministério da Agricultura, no sentido de que haja pronto estudo objetivando a suspensão da venda de milho importado via Bolsa Cereais de São Paulo. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanuso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de um prédio no Município de Iporã, para funcionamento da Delegacia de Polícia local. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade pela campanha promovida pelas senhoras rotarianas e de outras entidades, contra a licenciosidade e erotismo disseminados dentro da sociedade brasileira, pela editoras de revistas obscenas, verdadeira afronta à família brasileira. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministros das Minas e Energia e do Planejamento, protestando contra a criação de um polo de produção de álcool para as empresas multinacionais. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, visando maior rigor nas buscas e captura de Waldomiro Souza, assassino do jovem Said Fatuch Neto. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando xerox do comparecimento dos Senhores Deputados, das sessões diárias (ordem do dia), realizadas por esta Assembléia Legislativa. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos profissionais da medicina-veterinária pela comemoração hoje do "Dia do Médico-Veterinário". **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 72, 88 e 97/80

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 99, 104 e 105/80.

Levanta-se a sessão.

ATA DE COMISSÃO

COMISSÃO DE FINANÇAS

**9.ª LEGISLATURA — 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos nove dias do mês de setembro de um mil novecentos e oitenta, reuniu-se sob a Presidência do Deputado Quielse Crisóstomo, a Comissão de Finanças. Contando com a presença dos Deputados Membros e Suplentes da Comissão e outros Srs. Deputados cujas presenças foram anotadas em separado para posterior envio ao Sr. Primeiro Secretário deste Poder, o Sr. Presidente declarou aberto os trabalhos. Como nada houvesse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, quando foi relatado e aprovado o seguinte projeto: PROJETO DE LEI N.º 92/80 de autoria do Governo do Estado, Mensagem 41/80, cria cargos nas carreiras de Engenheiro Civil, Engenheiro Agrônomo e Engenheiro Mecânico, conforme especifica o corpo da lei. Relator deputado Aguinaldo Pereira Lima. Parecer favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrado os trabalhos da presente reunião e para constar, eu, Luiz D. Ferreira, lavrei a presente Ata que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

Luiz D. Ferreira

Secretário

ATOS DA DIRETORIA GERAL

PORTARIA N.º 586/80

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

designar, LÊA ZANON GRANEMANN, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Leônidas Chaves, até 31 de dezembro de 1.980.

(Protoc. n.º 7960)

PORTARIA N.º 587/80

conceder à funcionária JOANA DE LIMA, matrícula n.º 558, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.978, a partir de 04 de setembro de 1.980.

(Protoc. n.º 8123)

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.09.1.980.

a) LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP

DIRETOR GERAL

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA

DECRETO LEGISLATIVO N.º 352/80

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

alterar o valor constante do Art. 4.º, do Decreto Legislativo n.º 179/80, de 18 de março de 1.980, o qual passa a ser de Cr\$ 467.000,00 (Quatrocentos e sessenta e sete mil cruzeiros).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.09.1.980

aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente
BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 353/80
deixar "ex-officio" sem efeito, o registro do Decre-

to Legislativo n.º 308/79, de 05 de abril de 1.979, na ficha de JOSÉ ARY NASSIFF, matrícula n.º 272, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, eis que aquele ato se refere aos assentamentos funcionais de JOSÉ ARY VALÉRIO.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 04.09.1.980

aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente
BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Departamento Legislativo
Coordenadoria de Imprensa Legislativa